

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)
Ata da 48ª Reunião Extraordinária da CT-PL
Centro de Conhecimento da Água – Campinas/SP – 11/11/2016 – 09h30min

Membros com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Repr. com procuração
01	IGAM	Thiago Figueiredo Santana	Titular	Justificou	
	IEF	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Presente	
02	Secretaria de Energia	Daniel Jesus de Lima	Titular	Justificou	
		Josmar Machado Camargo	Titular	Ausente	
	Secretaria da Logística e Transportes	Marcelo Poci Bandeira	Suplente	Justificou	
		Augusto Olavo Leite	Suplente	Justificou	
03	SSRH	Leonildo Ednilson Urbano (Secretário - executivo Comitês PCJ)	Titular	Presente	
		Luiz Roberto Moretti	Titular	Ausente	
	Secretaria de Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Suplente	Presente	
		Marcos César Prado	Suplente	Presente	
04	SMA	Egberto da Fonseca Casazza	Titular	Presente	
		Sandra Jules Gomes da Silva	Titular	Justificou	
	CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar	Suplente	Justificou	
		Zoraide de S. Senden Carnicel	Suplente	Presente	
05	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Sérgio Rocha Lima Diehl	Titular	Presente	
		Denis Herisson da Silva	Titular	Justificou	
	Secretaria de Planejamento e Gestão	Monica de Azevedo Costa Nogara	Suplente	Ausente	
		Esther Menezes	Suplente	Presente	
06	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Titular	Presente	
		José Roberto G.Ferro	Titular	Ausente	
	Secretaria da Fazenda	Afonso Celso Rocha Mastrelli	Suplente	Ausente	
		Luiz Henrique Martins Moreira	Suplente	Ausente	
07	P. M. de Saltinho	Claudemir Francisco Torina	Titular	Ausente	
		Ângelo Cesar Angeleli	Titular	Ausente	
	P. M. de Limeira	Paulo Cezar Junqueira Hadich	Suplente	Ausente	
		Alquermes Valvassori	Suplente	Justificou	
08	P. M. de São Pedro	Hélio Donizete Zanatta	Titular	Presente	p/ Tiago M Seydell
		Thiago Silvério da Silva	Titular	Ausente	
	P. M. de Holambra	Fernando Fiori de Godoy	Suplente	Ausente	
		Petrus Bartholomeus Weel	Suplente	Presente	
09	P. M. de Pedreira	Carlos Evandro Pollo	Titular	Ausente	
		Celso José Leite Filho	Titular	Ausente	
	P. M. de Jaguariúna	Tarcísio Cleto Chiavegato	Suplente	Ausente	
		Irineu Gastaldo Júnior	Suplente	Presente	p/ Maria T de T. Lima
10	P. M. de Rio Claro	Palmínio Altimari Filho	Titular	Ausente	
		Geraldo Gonçalves Pereira	Titular	Presente	
	P. M. de Jundiá	Pedro Antonio Bigardi	Suplente	Ausente	
		Maria das Graças Martini	Suplente	Presente	
11	P. M. de Atibaia	Saulo Pedroso de Souza	Titular	Ausente	
		Fabiane Cabral da Costa Santiago	Titular	Presente	
	P. M. de Morungaba	José Roberto Zem	Suplente	Ausente	
		Michele Consolmagno	Suplente	Presente	
12	P. M. de Extrema	Luiz Carlos Bergamin	Titular	Ausente	
		Paulo Henrique Pereira	Titular	Presente	
	P. M. de Camanducaia	Edmar Cassalho Moreira Dias	Suplente	Ausente	
		Thais Scognamiglio Campos Lourenço	Suplente	Ausente	
13	FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella	Titular	Justificou	
	ÚNICA	André Elia Neto	Suplente	Justificou	
14	CIESP – DR Jundiá	Roberto Mario Polga	Titular	Justificou	
	CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti	Suplente	Ausente	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)
Ata da 48ª Reunião Extraordinária da CT-PL
Centro de Conhecimento da Água – Campinas/SP – 11/11/2016 – 09h30min

15	ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme	Titular	Presente	
		Paulo Roberto S. Tinel	Suplente	Presente	
16	SABESP	Aguardando Indicação	Titular	Ausente	
		Antonio Carlos Teixeira	Titular	Ausente	
		Leandro Zanini Santos	Suplente	Ausente	
17	Sindicato Rural de Campinas	Luis Fernando Amaral Binda	Titular	Ausente	
	Sindicato Rural de Rio Claro e Coordenador da CT-Rural	João Primo Baraldi	Suplente	Presente	
18	COPASA	Waldir Souza	Titular	Presente	
		Alexandre José Grego	Titular	Ausente	
	Sindicato Rural de Indaiatuba	Wilson Tomaseto	Suplente	Ausente	
19	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente	
	Consórcio Piraf	Paulo Takeyama	Suplente	Presente	
20	Rotary - D4590 e Coord. da CT-ID	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi	Titular	Presente	
	Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco	Suplente	Presente	
21	IPSA	Waldemar Bóbbó	Titular	Presente	
	AAEAA-Amparo	Wilhelm Wulff Poloni	Suplente	Presente	
22	AESABESP	Marcia Numes	Titular	Ausente	
	ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto	Suplente	Presente	p/ Ricardo Ribeiro
23	AEJ	Jaime Ramiro	Titular	Presente	
	AEAN	Edmo José Stahl Cardoso	Suplente	Ausente	
24	Associação dos Atrativos do Salto	José Carlos Zambone	Titular	Presente	p/ Paulo H. Pereira
	ABES-MG	Adelson Diamond Candido	Suplente	Ausente	

Membros sem direito a voto				
Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
Diretoria Comitês PCJ	SANASA	Marco Antonio dos Santos	Vice-presidente CBH-PCJ e 2º Vice-presidente PCJ FEDERAL	Presente
	DAEE	Sebastião Vainer Bosquilia	Secretário Executivo Adjunto CBH-PCJ	Presente
	SABESP	Almir Aparecido S. Andrade	Coordenador-adjunto	Presente
CT- Industria	CIESP DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti	Coordenador	Presente
CT-OL	DAEE	Sebastião Vainer Bosquilia	Coordenador	Presente
	DAEE	Cecilia de Barros Aranha	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-PB	ASSEMAE	Adriana Angélica Rosa V. Isenburg	Coordenadora	Presente
	IPSA	Harold Gordon Fowler	Coordenador-adjunto	Presente
CT-Rural	SR Limeira	Nilton Piccin	Coordenador-adjunto	Presente
CT-SAM	IPSA	Adriana Fabiana Correia	Coordenadora	Presente
	IPSA	Miguel Madalena Milinski	Coordenador-adjunto	Presente

Sigla da Entidade Convidada	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Sérgio Razera: Diretor-presidente
	Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi: Diretora Técnica
	Vanessa Cristina Bortolazzo Longato
	Ronnie Carlos Peguim
	Eduardo Cuoco Léo
	Juliana Prado Guilmo
	Kaique Duarte Barreto
	Diogo B. Pedrozo
	Aline de Fatima Rocha Menezes
	Claudia Maria Celeoni
PM de Holambra	Rogério Goncalvez
SABESP	Osvaldo O. Vieira
	Eliane NinoMiya

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)
Ata da 48ª Reunião Extraordinária da CT-PL
Centro de Conhecimento da Água – Campinas/SP – 11/11/2016 – 09h30min

AESABESP	Jaci de Jesus Rocha
CETESB	Domênico Tremaroli
Consórcio PCJ	Jose Cezar Saad
	Flavio Forti Stenico
GAEMA PCJ- Piracicaba	Alexandra Facciolli Martins
SAAE Coordiropolis	Giovane H. Genezelli
SAAE de Salto	Paulo Takeyama

1. **Pauta e abertura:** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) por meio de mensagem eletrônica, em 04/11/2016. A reunião foi aberta pela Sr. Leonildo Ednilson Urbano, Secretário-executivo dos Comitês PCJ, que cumprimentou a todos e agradeceu o Sr. Marco Antônio dos Santos, pela cessão do espaço. Após o Sr. Léo Urbano explicou que, seria necessária a inversão dos itens de pauta 3 e 4, pois ambos os assuntos são sobre os procedimentos eleitorais para as eleições dos Comitês PCJ, para o mandato 2017/2019, sendo que o item 4 da pauta, complementa o item 3. Sr. Leo Urbano colocou em votação a alteração de pauta, sendo aprovada por unanimidade. **2. Informes: 2.1. pela Secretaria Executiva:** A Sr. Leo Urbano informou ao plenário que considerando o calendário de atividades sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira, divulgado pelos órgãos gestores Agência Nacional de Águas (ANA) e Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), em 28/03/16, e pela divulgação da proposta Guia Preliminar em outubro de 2016, o GT- Renovação, criando no âmbito da CT-PL, se reuniu no dia 17/10/2016, para discutir sobre a proposta Guia Preliminar da Renovação da Outorga do Sistema Cantareira, sendo entregue aos órgãos gestores na data de 21/10/2016. Na sequência apresentou o documento proposto pelo GT-Renovação. O Sr. Leo Urbano informou que no final de junho de 2016 os Comitês PCJ receberam o clipping Eletrônico da Rede Brasil Atual, sobre um relatório que denuncia falta de transparência nos órgãos gestores dos recursos hídricos, principalmente sobre a renovação da outorga do sistema Cantareira, onde apesar das falhas de páginas eletrônicas de alguns órgãos, as páginas do Ministério Público Estadual de São Paulo, do Ministério Público Federal, do Comitê de Bacia Hidrográfica PCJ (Piracicaba, Capivari, Jundiá) e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) foram considerados altamente transparentes. Na sequência apresentou o documento. O Sr. Leo Urbano informou que a Fundação Florestal encaminhou o Ofício DE nº 1078/2016, datado de 16/08/2016, para a SE-PCJ, informando sobre a criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN São Elias, no município de Capivari, pertencente às Bacias PCJ e solicitando o apoio dos Comitês PCJ no sentido de prestigiar e convergir esforços para ações de apoio à RPPN em questão. Assim os Comitês PCJ se manifestaram e deu a publicidade que o assunto merece nos grupos de

50 trabalho, câmaras técnicas e plenários para que o mesmo seja avaliado e discutido com a atenção que o caso requer, principalmente nas nossas instâncias que tratam da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais na área dos Comitês PCJ. O Sr. Leo Urbano informou que Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais, através de ofício datado de 20 de setembro, convidou o CBH-PJ para participar das sessões presenciais da Audiência Pública nº 12/2016, que tem a finalidade de apresentar a pauta, e os aspectos gerais para a 2ª etapa da Revisão Tarifária da COPASA, além de recolher contribuições para os estudos e análises que serão realizados. Ressaltou que foi dado publicidade ao Presidente do CBH-PJ e que que as sessões presenciais ocorrerão nas seguintes datas e locais: 04/10/16 em Ipatinga; 06/10/16 em Varginha; 07/10/16 em Diamantina; 10/10/16 em Belo Horizonte. O Sr. Leo Urbano informou que de 13 a 16 de setembro de 2016, na UNESP Rio Claro, a Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) dos Comitês PCJ e parceria com a FUNASA, promoveu capacitação de técnicos de municípios das Bacias PCJ quanto aos processos e tecnologias envolvidas nos Planos de Segurança da Água – PSA. Ressaltou que o Plano de Segurança da Água (PSA) é uma diretriz da OMS a ser aplicada como ferramenta de avaliação e gestão de risco em sistemas de abastecimento de água, que privilegia uma abordagem preventiva. Que identifica riscos no sistema de distribuição de água, desde o manancial até à torneira do consumidor, prioriza esses riscos e implementa controles para mitigá-los. Introduce também processos para validar e verificar a eficácia do sistema de controle implementado e a qualidade da água produzida. O PSA está previsto na Portaria MS nº 2914/2011, é uma ferramenta mais atualizada de gestão para garantir a água segura. Na sequência o Sr. Leo Urbano parabenizou em nome da Diretoria dos Comitês PCJ, a CT-SAM pelo trabalho realizado. O sr. Leo Urbano lembrou ao plenário que através do Ofício Comitês PCJ nº 113/2016, datado de 11 de abril de 2016, foi indicado para representar como membro TITULAR do Décimo Primeiro Grupo, correspondente às bacias dos Rios Piracicaba/Capivari/Jundiá e Tietê/Sorocaba, junto ao CONESAN, para o período de 2016 à 2018 o Sr. Denis Eduardo Andia, Prefeito Municipal de Santa Bárbara d'Oeste/SP. Em 31 de maio de 2016, foi protocolado na Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, o Ofício nº 40/2016 –Gabinete, datado de 18 de maio de 2016, da

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 48ª Reunião Extraordinária da CT-PL

Centro de Conhecimento da Água – Campinas/SP – 11/11/2016 – 09h30min

100 Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d'Oeste/SP,
anexo, solicitando o afastamento deste cargo devido a
desincompatibilização para as eleições municipais 2016.
Diante do exposto, informou que na data de 24 de junho
de 2016, foi realizada 17ª Reunião Plenária dos Comitês
PCJ, onde foi realizado processo de eleição, presencial,
105 com os representantes dos municípios membros do
Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba,
Capivari e Jundiá (CBH-PCJ), para indicação do
prefeito municipal representante dos municípios do
CBH-PCJ no Décimo Primeiro Grupo de bacias
110 hidrográficas, integrante do plenário do Conselho
Estadual de Saneamento (CONESAN), porém devido a
eleições municipais 2016, nenhum dos prefeitos
municipais demonstraram interesse na participação do
referido Conselho, ressaltando que assim o CBH-PCJ
115 não indicará nenhum prefeito municipal para o referido
Conselho, neste momento. O Sr. Leo Urbano informou
que a Fundação José Pedro de Oliveira em parceria com
a Câmara Técnica de Conservação e Proteção de
Recursos Naturais (CT-RN) dos Comitês PCJ realizará
120 nos dias 29 e 30 de novembro o II seminário de áreas
protegidas das Bacias PCJ. O evento que conta com o
apoio da PM de Campinas, da UNICAMP, e Agência
das Bacias PCJ, tem o objetivo de promover a
articulação das áreas protegidas das Bacias PCJ
125 possibilitando o planejamento de ações conjuntas que
contribuam para a boa gestão desses espaços, convido
todos a participarem e ressaltou que maiores
informações no site dos Comitês PCJ. O Sr. Leo Urbano
informou que será realizado nos dias 01 e 02/12/2016,
130 na Escola de Engenharia de São Carlos, seminário sobre
pesquisa intitulada "Contaminação ambiental
pelos protozoários Giardia spp. e Cryptosporidium spp.
e por Ascaris suum: desafios de detecção, remoção
e inativação das formas infectantes", com mais
135 informações no site dos Comitês PCJ. O Sr. Leo Urbano
deu ciência ao plenário que na data de 16/12/2016, será
realizado em Jaguariuna/MG, a 18ª Reunião Plenária
dos Comitês PCJ, solicitando que todos se programem
para participar. **2.2. pela Agência das Bacias PCJ:** O
140 Sr. Leo Urbano passou a palavra ao Sr. Sérgio Razera,
Diretor-Presidente da Agência das Bacias PCJ, o qual
informou que no dia 22/09/2016, a Agência das Bacias
PCJ e os Comitês PCJ foram contemplados com o
Prêmio Instituto Trata Brasil "Casos de sucesso em
145 Saneamento Básico e Perdas de Água". O Sr. Sergio
Razera informou que a ANA contratou a OCDE-
Organização para Cooperação e Desenvolvimento
Econômico, que está realizando estudos sobre aplicação
de instrumentos econômicos para gestão de recursos
150 hídricos no Brasil. O Sr. Sergio Razera informou que a
Diretoria da Agência das Bacias PCJ participou do
Encontro de Entidades Delegatárias na cidade de
Resende/RJ, destacando que a ANA está analisando a

possibilidade de que seja estabelecido o financiamento
155 reembolsável, no sentido de elevar o montante de
recursos para investimentos, sendo que a proposta será
enviada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos. O
Sr. Sergio cientificou ao plenário da realização do 6º
Seminário Estadual Água e Saúde, cujo tema principal é
160 a Segurança Hídrica e a Proteção da Saúde, nos dias 09
e 10 de novembro de 2016, no Auditório do SESC
Jundiá, convidando a todos para participarem. O Sr.
Sergio Razera informou sobre a visita técnica em
Holambra no dia 28 de outubro pp, com participação da
165 ANA, da Fundação Banco do Brasil, da Secretaria de
Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e
da Agência das Bacias PCJ, permitindo verificar o
sucesso da realização do projeto Nascentes de
Holambra. O Sr. Sergio Razera, informou sobre o
170 Parecer PGE favorável à inclusão dos usuários
inadimplentes da cobrança estadual paulista pela
Agência das Bacias PCJ no CADIN. Informou também
o parecer dos técnicos do TCE/SP referente à aprovação
das contas do exercício 2015 da Agência das Bacias
175 PCJ, o qual ainda será submetido ao Conselheiro
Relator. O Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo
e Financeiro da Agência das Bacias PCJ, esclareceu que
a Secretaria da Fazenda está analisando o parecer PGE,
a fim de fornecer instruções sobre os procedimentos
180 para inclusão no CADIN. **3. Apreciação da Ata da 64ª
Reunião Ordinária da CT-PL, realizada no Parque
da Cidade - Jundiá/SP, em 06/05/2016:** O Sr. Leo
Urbano questionou aos membros sobre a necessidade da
leitura da referida ata. A leitura foi dispensada por
185 unanimidade e o Sr. Leo Urbano abriu espaço para
manifestações sobre o conteúdo da mesma. Não
havendo manifestações, o conteúdo da ata foi colocado
em votação, sendo aprovado por unanimidade, sem
alterações na minuta apresentada. **4. Apreciação da**
190 **minuta de Deliberação dos Comitês PCJ que**
"Aprova calendário, Edital, procedimentos eleitorais
e constitui Comissão Eleitoral para as eleições dos
Comitês PCJ, para o mandato 2017/2019, e dá outras
providências: O Sr. Leo Urbano, conforme inversão de
195 pauta, aprovado pelos membros da CT-PL, apresentou a
minuta de deliberação sobre o processo eleitoral dos
Comitês PCJ, pontuando as principais alterações
propostas pelo GT-Eleições, definindo-se prazos,
normas, procedimentos e critérios para orientar o
200 processo de escolha dos representantes dos órgãos e
entidades governamentais, dos municípios, dos usuários
de recursos hídricos e das organizações civis da área de
atuação dos Comitês PCJ, de forma a se garantir a
realização de processo integrado de eleição dos seus
205 membros, conforme dispositivos constantes nos
Regimentos Internos do PCJ FEDERAL e do CBHPJ, e
no Estatuto do CBH-PCJ. O Sr. Leo Urbano lembrou
que, conforme dispositivos constantes nos Regimento

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 48ª Reunião Extraordinária da CT-PL

Centro de Conhecimento da Água – Campinas/SP – 11/11/2016 – 09h30min

210 Interno do CBH-PJ, os representantes dos segmentos mineiros localizados na área de atuação do Comitê da
215 Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ), interessados em compor a plenária do referido comitê, participarão do processo eleitoral de acordo com Edital a ser disponibilizado pelo Instituto Mineiro de
220 Gestão das Águas – IGAM, bem como atendendo as normas estabelecidas na Deliberação Normativa CERH nº 52, de 30 de junho de 2016. Ressaltou que membros titulares, e respectivos suplentes, da parcela mineira das Bacias PCJ, eleitos para a plenária por meio do Processo de Eleição do CBH-PJ realizado pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, ficarão automaticamente indicados para compor o plenário do PCJ FEDERAL, para o mandato 2017-2021, com direito a voz e voto. Durante a Reunião Plenária dos Comitês PCJ, do dia 225 31/03/2017, os representantes do Governo do Estado de Minas Gerais, eleitos para o plenário do CBH-PJ, deverão indicar os seus representantes para ocupar os cargos da Diretoria do CBH-PJ, conforme deliberação dos Plenários, durante a reunião mencionada, com mandato de 02 (dois) anos. Os representantes formalmente indicados pelos órgãos e entidades dos poderes públicos federal e estadual paulista para comporem os Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, para o mandato 2017-2019, serão 235 empossados na Reunião Plenária dos Comitês PCJ, do dia 31/03/2017. O Sr. Leo Urbano explicou que o local para obtenção da relação de documentos e formulários para inscrição, protocolo da documentação de inscrição, bem como as informações pertinentes ao processo eleitoral será a Fundação Agência das Bacias PCJ, através de seu sítio eletrônico e em suas dependências, em Piracicaba. Após os esclarecimentos, o Sr. Leo Urbano abriu a palavra para a manifestação dos interessados em compor Comissão Eleitoral dos 240 Comitês PCJ. Após as manifestações, a Comissão Eleitoral 2017 ficou composta com os seguintes membros: Vice-Presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-Presidente do PCJ FEDERAL, que será o seu coordenador; Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (Secretário-Executivo dos Comitês PCJ; Secretário-Executivo Adjunto do CBH-PCJ); do segmento setor “Usuários de Recursos Hídricos”: Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – ASSEMAE; Sindicato Rural de Rio Claro; Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP; do segmento “Organizações Cívicas”: Titular: Rotary Internacional D-4590 e Suplente: Fórum das Américas; do segmento dos “Municípios”: Titular: Prefeitura Municipal de Jundiá; do segmento dos “Órgãos de Governo”: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP; e os membros da Comissão Eleitoral, composta no âmbito do CBH-PJ, aprovados por meio da Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 253/16, de

265 20/09/16. Na sequência, o Sr. Leo Urbano abriu a palavra aos membros, não havendo manifestações. O Sr. Leo Urbano colocou a proposta da minuta de deliberação do processo eleitoral e da composição da Comissão Eleitoral em votação, a qual foi aprovada por unanimidade, e deverá ser apreciada na próxima reunião dos Comitês PCJ. 5. **Apreciação de Deliberações ad referendum dos Comitês PCJ: “Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 253/16, de 20/09/16, que “Aprova a criação da Comissão Eleitoral para renovação dos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari – mandato 2017-2021”:** O Sr. Leo Urbano informou que considerando a renovação os membros do CBH-PJ para o mandato de 2017-2021 do CBH-PJ, existiu a necessidade de instituir uma Comissão Eleitoral composta por representantes do CBH-PJ para conduzir o processo eleitoral junto com o IGAM, até a data de 23/09/2016, cabendo a essa Comissão Eleitoral a prática de todos os atos de coordenação, de análise e decisão de cadastramento/inscrição, julgamento de recursos e impugnações, de direção das reuniões, de apuração de resultados, entre outros pertinentes à condução do Processo do CBH-PJ. Diante do exposto, informou que devido ao prazo de realização da reunião Plenárias dos Comitês PCJ, estar agendada para o mês de dezembro de 2016, a Agência das Bacias PCJ, que acompanha as ações na Bacia PJ, solicitou autorização dos Presidentes dos Comitês PCJ, para que a indicação da Comissão Eleitoral do PJ, fossem expedidos “ad referendum”, sendo indicados os representantes da Comissão Eleitoral eleitos no 8º encontro do CBH-PJ, realizado no dia 20/09/16 em Camanducaia/MG: Poder Público Estadual: a Sra. Raquel Junqueira Costa, representante do Instituto Estadual de Florestas – IEF; Poder Público Municipal: a Sra. Thais Scognamiglio Campos Lourenço, representante da Prefeitura Municipal de Camanducaia; Entidades da Sociedade Civil: Sr. José Carlos Zambone, representante Associação dos Atrativos do Salto; Representante dos Usuários: Sra. Laene Fonseca Vilas Boas, representante Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG. Após a explanação, o Sr. Leo Urbano abriu a palavra aos membros. Não havendo manifestações, o Sr. Leo Urbano colocou a proposta em votação, a qual foi aprovada por unanimidade, e deverá ser apreciada e referendada na próxima reunião plenária dos Comitês PCJ. 6. **Apreciação da minuta de Deliberação dos Comitês PCJ que “Elege e empossa o 3º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, para o mandato 2015/2017, e dá outras providências, conforme determina o parágrafo 3º, Art. 1º, da Deliberação dos Comitês PCJ nº 218/15, de 27/03/2015:** O Sr. Leo Urbano lembrou que o disposto no §3º do artigo 1º da Deliberação dos Comitês PCJ nº 218/2015, de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 48ª Reunião Extraordinária da CT-PL

Centro de Conhecimento da Água – Campinas/SP – 11/11/2016 – 09h30min

27/03/2015, definiu que os órgãos do Governo Federal definirão posteriormente o órgão, e respectivo representante, que ocupará a vaga de 3º Vice-presidente do PCJ FEDERAL; e que a Deliberação Comitês PCJ nº 232/15, de 12/08/15, elegeu e empossou o 3º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, o Sr. Osvaldo Garcia, Ministério da Integração Nacional, para o mandato 2015/2017. Na sequência, o Sr. Léo Urbano informou que Ministério da Integração Nacional, encaminhou o Ofício nº 196/GM, datado de 22 de junho de 2016, à Secretária Executiva dos Comitês PCJ, que substituiu a representatividade do Ministério na 3ª Vice-Presidência, e sua suplência no mandato 2015-2017 nos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Comitês PCJ), indicando o Sr. Marcus Aurelius Aragão Vera, para compor a vaga de 3º Vice-presidente dos Comitês PCJ, para o Mandato 2015-2017, que findará em março de 2017, em atendimento ao disposto no § 3º do artigo 1º da Deliberação dos Comitês PCJ nº 218/2015, de 27/03/2015. Após os esclarecimentos, o Sr. Leo Urbano abriu a palavra aos membros. Não havendo manifestações, o Sr. Leo Urbano colocou a minuta de deliberação com a indicação do Sr. Marcus Aurelius Aragão Vera, representante do Ministério da Integração Nacional, como 3º Vice-presidente dos Comitês PCJ em votação, a qual foi aprovada por unanimidade, e deverá ser apreciada na próxima reunião dos Comitês PCJ. **7. Apreciação das adequações de Regimentos Interno do CBH-PJ às disposições Deliberação Normativa CERH Nº 52, de 30 de junho de 2016:** O Sr. Leo Urbano informou que a Deliberação Normativa CERH nº 52, de 30 de junho de 2016, estabeleceu as diretrizes gerais, os princípios e fundamentos para subsidiar a elaboração dos Regimentos Internos (RI) dos Comitês de Bacias Hidrográficas Mineiros, bem como suas modificações, sendo necessária a alteração do regimento interno do CBH-PJ, com o prazo exposto no Art. 40 da referida deliberação normativa, de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de sua data da publicação para aprovação pelos respectivos comitês de bacias dos seus respectivos regimentos internos. A Comissão Eleitoral criada nos termos da Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 253/16, de 20/09/16, que *“Aprova a criação da Comissão Eleitoral para renovação dos membros do Comitê da Bacias Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari – mandato 2017-2020”*, foi responsável pela revisão do regimento, de maneira conjunta com a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, o qual enviou à Gerência de Apoio aos Comitês de Bacia Hidrográfica – IGAM, em 20/10/2016, através do Ofício Comitês PCJ Nº 174/2016, a Minuta de RI do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari - CBH-PJ, revisado conforme orientações da DN CERH nº 052/16, dentro do prazo estabelecido. Após os esclarecimentos,

o Sr. Leo Urbano informou que apesar dos Comitês PCJ terem atendido os prazos, o IGAM não finalizou a verificação e aprovação do documento encaminhado e apontou a necessidade de eventuais ajustes na minuta de RI encaminhada, porém, não existindo um prazo definido por parte do IGAM, para a devolução do RI com o resultado da análise jurídica para os encaminhamentos e ajustes no âmbito do CBH-PJ, até a presente reunião. Diante do exposto, o plenário decidiu pela retirada da pauta e solicitou para que a Secretária Executiva dos Comitês PCJ, encaminhasse ofício ao IGAM, informando que por se tratar de um comitê de integração, todos os assuntos apreciados em reunião plenária são analisados previamente pela Câmara Técnica de Planejamento – CT-PL dos Comitês PCJ, e por não haver prazo suficiente para a convocação, análise e aprovação da CT-PL, com vistas a convocação da reunião plenária agendada para o dia 16/12/16, conforme determina o RI vigente (envio prévio, aos membros, dos materiais a serem apreciados), que permitiria o cumprimento dos dispostos legais vigentes, a minuta do Regimento Interno do Comitê da Bacia dos Rios Piracicaba e Jaguari – CBH PJ, ainda em análise no IGAM, será apreciada na reunião Plenária dos Comitês PCJ, agendada para março de 2017. **8. Apreciação da minuta de Deliberação dos Comitês PCJ que “Define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Espontânea visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ (federal, paulista e mineira) pelo uso dos recursos hídricos, referentes ao orçamento de 2017, e dá outras providências”:** O Sr. Leo Urbano iniciou explicando sobre o grupo de trabalho, criado no âmbito da CT-PL, para a proposição dos critérios de distribuição de recursos e a origem dos recursos a serem deliberados, informando que os recursos da Cobrança Federal PCJ já estão comprometidos com o PAP (Programa de Aplicação Plurianual), conforme aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/12, de 14/12/2012, que instituiu o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ. Em seguida, o Sr. Leo Urbano iniciou a apresentação sobre a proposta trabalhada pelo GT-Critérios e o cronograma do processo para distribuição de recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ, para o exercício 2017, explicando a linha de trabalho adotada para as propostas apresentadas, que são similares ao ano de 2016, com a inclusão de critérios de pontuação estabelecidos por GRUPO de empreendimentos, e desempate; a possibilidade de indicações dos empreendimentos para financiamento na modalidade reembolsável, que ainda necessita de uma definição dos critérios gerais e específicos; distribuição de recursos do FEHIDRO e

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL) Ata da 48ª Reunião Extraordinária da CT-PL Centro de Conhecimento da Água – Campinas/SP – 11/11/2016 – 09h30min

430 Cobrança PCJ Paulista de forma plurianualizada caso o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (CRH) venha a aprovar o normativo que permita-a, os Comitês PCJ poderão indicar empreendimentos até o montante apurado pela Agência das Bacias PCJ, de acordo com as regras estabelecidas pelo CRH, acréscimo das alíneas h, i, j e k do Art. 5º do anexo 1º. Em seguida, o Sr. Leo Urbano apresentou as propostas aprovadas no GT-Critérios, referentes aos percentuais destinados aos PDCs 3 (Recuperação da Qualidade de Corpos D'Água) e 5 (Promoção do Uso Racional dos Recursos Hídricos), conforme porcentagens de valores máximos de distribuição em cada PDC, aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) e os termos do Decreto nº 51.449, de 29 de dezembro de 2006 e do Decreto nº 61.430, de 17 de agosto de 2015. Na sequência, o Sr. Leo Urbano apresentou proposta de cronograma, esclarecendo as datas propostas, informando que a ideia é a manutenção dos procedimentos e critérios já utilizados par o exercício 2015. Detalhou os critérios de pontuação para os empreendimentos dos Grupos I e II. Ressaltou que cada candidato a tomador de recursos, poderá inscrever apenas 2 (dois) empreendimentos para que seja submetido à análise da Agência das Bacias PCJ, e posteriormente, indicados para financiamento pelos Comitês PCJ. Na sequência, o Sr. Leo Urbano passou a palavra para a Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora Técnica da Agência PCJ, que informou os resultados e os valores disponíveis por PDC, na situação atual, do orçamento de 2017, e simulações de aplicação dos recursos. Na sequência, o Sr. Leo Urbano abriu a palavra aos membros, que deliberaram por incluir um considerando dos termos da Deliberação Comitês PCJ nº 220/15, sobre a destinação dos recursos da cobrança mineira, suprimindo o inciso III do Art. 3º da emenda e supressão o Art.3º do anexo 1º da Deliberação; constituição de Grupo de Trabalho, no âmbito da CT-PL para definição dos critérios gerais e específicos para as indicações dos empreendimentos para financiamento na modalidade reembolsável. Após as manifestações, o Sr. Leo Urbano colocou a proposta do GT-Critérios em votação, com a alteração propostas, a qual foi aprovada por unanimidade e será apreciada e referendada na próxima reunião dos Comitês PCJ. **9. Apreciação da Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ, que” Aprova o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ para o exercício 2017-2020, e dá outras providências:** O Sr. Leo Urbano passou a palavra ao Sr. Sérgio Razera, Diretor Administrativo-Financeiro da Agência das Bacias PCJ, que lembrou a todos que no Contrato de Gestão n° 003/ANA/2011, firmado entre a ANA e a Agência das Bacias PCJ, em seu 1º Aditivo, conforme aprovado pela

485 Deliberação dos Comitês PCJ nº 136/11, de 16/12/2011, é previsto no Programa de Trabalho, no Indicador Planejamento e Gestão, a elaboração de Plano de Aplicação Plurianual (PAP), em consonância ao Plano de Bacias PCJ 2010-2020, e que os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/12, de 14/12/2012, institui o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ para o exercício 2013-2016, e deu outras providências, como instrumento de planejamento de médio prazo de ações relativas aos Programas de Duração Continuada (PDC), estabelecendo-se as medidas, gastos e objetivos a serem seguidos pelos Comitês PCJ ao longo de um período de quatro anos. O Sr. Leo Urbano informou que durante a 64ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada no dia 06/05/2016, no Parque da Cidade, em Jundiá/SP, o assunto foi apreciado e deliberou-se que o GT-Critérios, constituído para a revisão dos critérios gerais e específicos para seleção de empreendimentos para financiamento com recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ (federal, paulista e mineira) - orçamento de 2017, formado por representantes da ASSEMAE, IPSA, P.M. de Jaguariúna, SABESP, SAA/CATI, SSRH, Sindicato Rural de Rio Claro, trabalhariam para apreciar a proposta com ações constantes do PAP-PCJ 2017-2020, apresentada pela Agência das Bacias PCJ, visando: a análise e revisão dos critérios gerais e específicos, acrescentando e compatibilizando critérios, levando em consideração o Plano das Bacias PCJ 2010/2020 e a estimativa de disponibilidade de recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ. Na sequência, o Sr. Sergio apresentou a proposta de distribuição de valores para o Plano Plurianual, ressaltando que todas as ações apresentadas foram baseadas no Plano de Bacias 2010-2020, e nas propostas apresentadas pelas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, não podendo haver inclusões que não façam menção ao mesmo. Após as explanações, o Sr. Leo urbano abriu espaço para manifestações dos membros. Após as diversas manifestações favoráveis e esclarecimentos gerais, o Sr. Leo Urbano colocou a minuta de deliberação do Plano da Aplicação Plurianual em votação, que foi aprovado por unanimidade. **10. Pagamento pelo Uso dos Recursos Hídricos-SABESP:** O Sr. Leo Urbano informou que a Agência PCJ protocolou na SE-PCJ em 29 de outubro de 2016, o Ofício Agência das Bacias PCJ nº 259/2016, a qual informou que a SABESP, suspendeu do pagamento da cobrança pelo uso dos recursos hídricos do exercício 2016, pois a instituição entende que a emissão dos Comunicados Conjuntos ANA/DAEE, ocorridas em 2015, que restringiram a vazão máxima captada, alteraram a outorga de direito de uso de recursos hídricos e que, portanto, não poderia ser utilizada a

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 48ª Reunião Extraordinária da CT-PL

Centro de Conhecimento da Água – Campinas/SP – 11/11/2016 – 09h30min

vazão de 31 m³/s como base de cálculo para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, tanto no âmbito federal quanto na estadual paulista. E em decorrência de tal entendimento por parte da SABESP, também não poderia ser utilizado o coeficiente *Kmed extra* previsto no inciso “b”, do § 2º, do artigo 2º, da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 078/2007, a qual trata da revisão dos mecanismos e ratificação dos valores da cobrança em rios de domínio da União, posteriormente aprovada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, por meio da Resolução CNRH nº 78, de 10/12/2007. Em contato com a Agência PCJ, através dos ofícios MA 044/2016 e 070/2016 – MAR, datados de 23/06/2016 e 10/10/2016, a SABESP pleiteia, com base nesses entendimentos, a revisão dos valores cobrados para o exercício de 2016, referentes a cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ, tanto na esfera federal quanto na estadual paulista. Na sequência, o Sr. Leo Urbano passou a palavra ao Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, que informou que o assunto está em discussão entre a Agência das Bacias PCJ e sua consultoria jurídica, bem como com a área de cobrança da Agência Nacional de Águas – ANA, no intuito de elucidar os fatos e verificar os entendimentos jurídicos sobre o tema em tela. No entanto, cabe salientar que a SABESP, por iniciativa própria, deixou de efetuar os pagamentos dos boletos com vencimento no mês de junho de 2016 e posteriores. No que se refere à emissão dos Comunicados Conjuntos ANA/DAEE, ocorridos em 2015, é entendido por parte da Agência PCJ que não ocorreu alteração e nem tampouco cancelamento dos termos da outorga pelo uso dos recursos hídricos, constantes na Portaria DAEE nº 1.213, de 06/08/2004, cujos termos foram prorrogados por meio da Portaria DAEE nº 1.396, de 11/07/2014, e, posteriormente, prorrogada mais uma vez por meio da Portaria DAEE nº 3.288, de 26/10/2015, o qual destaca-se a vazão de 31 m³/s. Porém, também entende-se que os Comunicados Conjuntos ANA/DAEE, ocorridos em 2015, ao limitar a retirada máxima de água do Sistema Cantareira, obrigou a SABESP a utilizar menos de 70% da sua vazão outorgada e que, portanto, não deveria ser cobrado da SABESP o coeficiente *Kmed extra* mencionado anteriormente, pois não foi decisão voluntária do usuário a não utilização da água. Contudo, até o momento, há divergência entre a posição da Agência das Bacias PCJ e a posição da Sabesp em relação aos valores boletados da cobrança do exercício 2016. Após os expostos, o Sr. Sergio informou que trouxe o assunto a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), a pedido da Diretoria dos Comitês PCJ, para seja constituído um grupo para discussão e acompanhamento do assunto, e se manifestar sobre a dispensa do pagamento do *Kmed extra* somente pode ser feita com a devida aprovação

dos Comitês PCJ, devendo ainda ser aprovado um complemento (parágrafo) na Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 078, de 05/10/2007, artigo 2º, bem como na Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 048, de 05/10/2007, artigo 7º, para posterior envio ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (CRH) para aprovação. Após as explanações, o Sr. Leo urbano abriu espaço para manifestações dos membros. O Sr. Hélio Rubens, representante da SABESP, solicitou a palavra e se manifestou sobre os argumentos e posicionamento da SABESP, e explanou sobre o parecer jurídico da Sabesp contrário ao pagamento da cobrança de 2016 referente aos valores boletados. O Sr. Waldir Souza, representante da COPASA, sugeriu que se estabeleça um prazo para solução do referido impasse, sendo que as tratativas continuam e que seja agendada nova reunião da CT-PL para negociação em busca de acordo. Ocorrendo ainda diversas manifestações e esclarecimentos, o Sr. Leo Urbano colocou em votação a proposta de que se estabeleça um prazo para solução do referido impasse, sendo que as tratativas continuam e há entendimento para agendar nova reunião da CT-PL para negociação em busca de acordo, que foi aprovado, com 01 abstenção (SABESP). **11. Apreciação da minuta de Deliberação dos Comitês PCJ que “Aprova plano de trabalho e proposta orçamentária anual da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – exercício 2017 e dá outras providências”:** O Sr. Leonildo Urbano informou que ocorreram, na data de 04/11/2016, em Piracicaba/SP, as reuniões do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo da Fundação Agência PCJ, quando foram apresentadas e aprovadas, para serem apreciadas pelos Comitês PCJ, as propostas de plano de trabalho e previsão orçamentária da Agência das Bacias PCJ referentes ao ano de 2017, destacando os percentuais para custeio da Fundação Agência das Bacias PCJ, de 10% provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do estado de São Paulo, e de 7,5% provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União. **1) Previsão Orçamentária:** Na sequência, passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, que realizou a apresentação resumida da Proposta Orçamentária 2017, conforme material distribuído aos presentes, destacando a atualização dos PUBs da Cobrança Federal e da Cobrança Estadual Paulista, e esclareceu que a estimativa de arrecadação apresentada foi feita com base nas declarações dos usuários para a previsão de captação e lançamento dos usos outorgados dos recursos hídricos. **2) Plano de Trabalho 2017:** O Sr. Sergio Razera lembrou que a Agência das Bacias PCJ contratou empresa

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL) Ata da 48ª Reunião Extraordinária da CT-PL Centro de Conhecimento da Água – Campinas/SP – 11/11/2016 – 09h30min

650 especializada para realizar Planejamento e Desenvolvimento Organizacional, visando a determinar de forma clara e objetiva as reais atividades de seu corpo funcional, passando pela fase de declarações corporativas e dando continuidade ao planejamento proposto junto aos Coordenações da Agência PCJ, que resultou no plano de trabalho a ser apresentado. 655 Ressaltou, que a partir das bases do Plano de Trabalho, será realizado o detalhamento das ações, visando a nortear a equipe nas tarefas cotidianas necessárias a implementação – bem como a definição – de 660 indicadores de desempenho para avaliação das atividades da gestão. Outras ações poderão ser incorporadas ao longo do exercício, caso haja percepção de novos desafios e oportunidades em que a Agência das Bacias PCJ deva se inserir. O Sr. Sergio Razera 665 realizou uma apresentação concisa do Plano de Trabalho 2017, destacando as atividades da Assessoria de Comunicação e da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Agência das Bacias PCJ, dos trabalhos e das atividades das Coordenações da Área Técnica e dos trabalhos e das atividades das 670 Coordenações Administrativa e Financeira da Agência das Bacias PCJ, destacando a importância do desenvolvimento de ações na área de Tecnologia de Informação. Na sequência, o Sr. Leonildo Urbano abriu a palavra aos membros, não havendo manifestações. O Sr. Leonildo Urbano colocou as propostas do plano de trabalho e da previsão orçamentária da Agência das Bacias PCJ, exercício de 2017, em votação, com as alterações sugeridas, as quais foram aprovadas por 680 unanimidade, e deverão ser apreciadas e referendadas na próxima reunião dos Comitês PCJ. **12. Apreciação da minuta de Deliberação dos Comitês PCJ que “Aprova o “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ 2016 – ano base 2015”, “Plano de Ação” e o “Programa de Investimentos para o Quadriênio 2016-2019”:** O Sr. Leonildo Urbano informou que o “Relatório de Situação das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá 2016 (ano base 2015)”, foi preparado pelos representantes da Agência das Bacias PCJ e da Câmara Técnica do Plano de Bacias dos Comitês PCJ (CT-PB). No âmbito da CT-PB foi constituído grupo de trabalho que analisou e propôs o conteúdo do relatório, sendo apreciado e aprovado, o relatório em questão, na 68ª 690 Reunião Ordinária da CT-PB, realizada em 26/10/2016, em Jundiá/SP, que encaminhou para a apreciação da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ. O Sr. Leonildo Urbano comentou sobre a importância do relatório, tendo em vista que o Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo – FEHIDRO usa o mesmo como um de seus instrumentos para pontuação dos CBHs para a 700 distribuição de recursos, oriundos do FEHIDRO, aos

comitês paulistas, e que deve ser enviado à 705 Coordenadoria de Recursos Hídricos, da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (CRHi), até a data de 31 de dezembro de 2016, sendo necessária a aprovação através de Deliberação dos Comitês PCJ. Na sequência, convidou o Sr. Diogo B. Pedrozo e a Srta. Claudia Maria Coleoni, colaboradores da Coordenação de Sistemas de 710 Informações da Agência PCJ, para apresentar o relatório. O Sr. Pedrozo informou que seria apresentada a síntese do processo para elaboração do Relatório de Situação PCJ – 2016 (ano base 2015), conforme 715 metodologia e procedimentos estabelecidos pela Coordenadoria de Recursos Hídricos, da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. Após, o Sr. Pedrozo explanou sobre os dados técnicos e o escopo do Relatório de Situação de 2015, 720 das Bacias PCJ, discorrendo sobre os indicadores: disponibilidade das águas; demanda de água; balanço hídrico; saneamento básico; abastecimento de água; esgotamento sanitário (coleta, tratamento e eficiência); 725 qualidade de águas superficiais; e avaliação da gestão do CBH-PCJ (período 2014-2015), apresentando os critérios de avaliação do relatório além das inclusões e modificações que foram propostas no documento base. Na sequência passou a palavra para a Srta. Claudia que 730 apresentou o Plano de Ação e o Programa de Investimentos para o Quadriênio 2016-2019, constantes como anexos ao “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ 2016 - ano base 2015”, ressaltando que o Programa de Investimentos para o 735 Quadriênio 2016-2019 foi elaborado com base em estimativas de repasse de recursos financeiros do FEHIDRO apresentados pela Coordenadoria de Recursos Hídricos, da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. Após, o Sr. 740 Leonildo Urbano, abriu a palavra para manifestação dos membros e, não havendo mais manifestações, submeteu o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ 2016 ao plenário da CT-PL o qual foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o Sr. 745 Leonildo Urbano apresentou a Minuta de Deliberação que aprova o “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ 2016 – ano base 2015”, sendo aprovada por unanimidade e que será apreciada e submetida a referendo na próxima reunião dos Comitês 750 PCJ. **13. Apreciação da minuta de Deliberação dos Comitês PCJ que “Aprova a proposta de alteração da classe de qualidade do Rio Jundiá, em determinados trechos, de Classe 4 para Classe 3 e dá outras providências”:** O Sr. Leo Urbano lembrou que a Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ, protocolo em 04/02/2016, o Ofício CT-OL nº 04/2016, que trata do reenquadramento de trechos do rio Jundiá, da classe 4 para a classe 3, em

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL) Ata da 48ª Reunião Extraordinária da CT-PL Centro de Conhecimento da Água – Campinas/SP – 11/11/2016 – 09h30min

760 atendimento a solicitação da CETESB e de acordo com
o Plano de Bacias 2010-2020. E que na ocasião da 63ª
765 Reunião da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL),
dos Comitês PCJ, realizada em 04/03/2016, no
município de Atibaia/SP, a CT-PL apreciou o assunto e
deliberou pela realização de reunião conjunta entre as
770 Câmaras Técnica de Outorgas e Licenças, Saneamento,
Plano de Bacias e Uso e Conservação da Água na
Indústria, para elaboração de proposta reenquadramento
de trechos do rio Jundiaí. Na ocasião da 64ª Reunião da
775 Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), dos Comitês
PCJ, realizada em 06/05/2016, no município de
Jundiaí/SP, não houve, por parte dos membros da CT-
PL, consenso sobre a proposta de delegação para a CT-
OL apresentar o material final diretamente à Plenária,
ficando a proposta de adequação para proposta de
reenquadramento de trechos do rio Jundiaí. Na
780 sequência passou a palavra para a Sra. Cecilia Aranha,
Coordenadora Adjunta da CT-OL que informou que
após as discussões do grupo de trabalho foram incluídos
o item 4 - Programa De Efetivação Do Enquadramento
os seguintes sub-itens: 4.2 - Recomendações de ações
785 educativas, preventivas e corretivas, de mobilização
social e de gestão; 4.3 - Recomendações aos agentes
públicos e privados envolvidos; 4.4 – Recomendações
para serem apresentadas aos poderes públicos federal,
estadual e municipal; 4.5 - Subsídios técnicos e
790 recomendações para a atuação dos comitês de bacia
hidrográfica. Após passou a palavra ao Sr. Domênico
Tremaroli, gerente da Agência CETESB Jundiaí, que
apresentou a formalização da proposta de alteração da
classe de qualidade do Rio Jundiaí, em determinados
795 trechos, de Classe 4 para Classe 3, em especial sobre o
programa de efetivação do enquadramento. Após a
finalização da apresentação, a palavra foi aberta para
manifestação dos membros. Ocorreram vários
questionamentos por parte do plenário e, não havendo
800 mais manifestações, todas esclarecidas pelo Sr.
Domênico. Na sequência, o Sr. Leonildo Urbano
apresentou a Minuta de Deliberação que aprova a
proposta de alteração da classe de qualidade do Rio
Jundiaí, em determinados trechos, de Classe 4 para
805 Classe 3 e dá outras providências, sendo aprovada por
unanimidade e que será apreciada na próxima reunião
dos Comitês PCJ. **14. Encerramento:** Na sequência a
Sr. Leo Urbano abriu a palavra aos presentes e, nada
810 mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e
deu por encerrada a reunião.

Leonildo Ednilson Urbano
Secretário-executivo
Comitês PCJ